

Memória e fazer poético em “O dia em que a poesia derrotou um ditador”, de Antonio Skármeta

Vanessa Weber Sebastiany, Darliana
Sidicléa França, Rosane Maria Cardoso

Vanessa Weber Sebastiany

Universidade de Santa Cruz do Sul – Santa Cruz do Sul,
RS, Brasil

E-mail: vanessasebastiany@mx2.unisc.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6890-7432>

Darliana Sidicléa França

Universidade de Santa Cruz do Sul – Santa Cruz do Sul,
RS, Brasil

E-mail: darlianaa@mx2.unisc.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8236-1456>

Rosane Maria Cardoso

Universidade de Santa Cruz do Sul – Caxias do Sul, RS,
Brasil

E-mail: cardoso.rosanem@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8471-307X>

Resumo: Este artigo aborda a contextualização do plebiscito de 1988 que pôs fim à ditadura chilena (1973-1990). Além de discutir as circunstâncias imediatas ao movimento, buscamos entender o papel da literatura e da memória no que se refere aos processos ditatoriais na América Latina. Para estas reflexões, de cunho bibliográfico, baseamo-nos na obra literária “O dia em que a poesia derrotou um ditador”, de Antonio Skármeta, e, teoricamente, em estudos sobre o referido cenário histórico (Schwendler e Padrós) e sobre a memória enquanto dever (Beatriz Sarlo), esquecimento (Elizabeth Jelin), trauma (Eviatar Zerubavel) e história oficial engendrada pelo poder hegemônico. O estudo ratifica a necessidade de manter vivo o debate sobre os processos ditatoriais que assolaram a América Latina, a fim de que a opressão, sempre insidiosa, não se encampe novamente.

Palavras-chave: Ditadura chilena; dever de memória; fazer poético; “O dia em que a poesia derrotou um ditador”.

Memory and the poetic act in “The days of the rainbow”, by Antonio Skármeta

Abstract: This article examines the contextualization of the 1988 plebiscite that brought an end to the Chilean dictatorship (1973-1990). In addition to discussing the immediate circumstances surrounding the movement, it seeks to understand the role of literature and memory in relation to dictatorial processes in Latin America. Based on bibliographical research, the study draws on the literary work “The days of the rainbow”, by Antonio Skármeta, as well as on theoretical studies concerning the historical context (Schwendler and Padrós) and memory as duty (Beatriz Sarlo), oblivion (Elizabeth Jelin), trauma (Eviatar Zerubavel), and the construction of official history by hegemonic power. The study confirms the need to keep alive the debate on the dictatorial processes that devastated Latin America, so that oppression, always insidious, does not take hold once again.

Keywords: Chilean dictatorship; duty of memory; poetic act; “The days of the rainbow”.

Memoria y hacer poético en “Los días del arcoíris”, de Antonio Skármeta

Resumen: Este artículo aborda la contextualización del plebiscito de 1988 que puso fin a la dictadura chilena (1973-1990). Además de discutir las circunstancias inmediatas que rodearon el proceso, se busca comprender el papel de la literatura y la memoria en relación con los procesos dictatoriales en América Latina. Para estas reflexiones, de carácter bibliográfico, el estudio se basa en la obra literaria “Los días del arcoíris”, de Antonio Skármeta, y, teóricamente, en estudios sobre el citado escenario histórico (Schwendler y Padrós) y sobre la memoria como deber (Beatriz Sarlo), el olvido (Elizabeth Jelin), el trauma (Eviatar Zerubavel) y la construcción de la historia oficial por el poder hegemónico. El estudio confirma la necesidad de mantener vivo el debate sobre los procesos dictatoriales que devastaron América Latina, para que la opresión, siempre insidiosa, no vuelva a afianzarse.

Palabras clave: Dictadura chilena; deber de memoria; hacer poético; “Los días del arcoíris”.

Sangre Latina necesita el planeta,
roja, furiosa, adolescente.
Adiós, barreras, adiós, setenta.
Ya viene la fuerza,
la voz de los ochenta.
(Los prisioneros, 1984).

Introdução

A América Latina vivenciou, ao longo do século XX, um processo político baseado no autoritarismo exercido pela supremacia do poder executivo, restringindo direitos democráticos, individuais ou coletivos. Na maioria dos casos, o poderio militar foi o responsável por “manter a ordem”, o que significava reprimir quaisquer oposições ao governo, como veremos posteriormente. No entanto, o autoritarismo tinha uma face oculta – ou nem tanto –, pois os mesmos governos que controlavam os países latino-americanos com mão de ferro submetiam-se, cada vez mais, às ordens dos Estados Unidos (EUA), que disputava o território com a União Soviética (URSS). A Guerra Fria alimentava uma violência sem precedentes na região e o Chile, nesse contexto, viveu uma das ditaduras mais cruéis, marcada pela tragédia de quase 4 mil mortos e desaparecidos e 38 mil presos e torturados (Guzmán, 2022).

A Guerra Fria é um fator essencial a ser considerado na implementação de ditaduras na América Latina. Enquanto a região literalmente sangrava em conflitos civis, os EUA e a URSS travavam uma batalha político-ideológica, nascida da Revolução Cubana que ameaçou o sistema capitalista do Ocidente. Ou, melhor dizendo, dos Estados Unidos da América. Sentindo-se ameaçado pelo comunismo russo, o governo “americano” de pronto buscou angariar o apoio do restante da América Latina e, para tanto, instrumentalizou o militarismo para que tivesse plenos poderes sobre seus respectivos países. Um dos principais feitos desse movimento foi a Operação Condor ou El Plan Condor, campanha de repressão política e terrorismo de estado. No Chile, o general Augusto Pinochet implementou formalmente a Operación em 1975.

O exílio foi um dos caminhos originados pela barbárie e milhares de chilenos deixaram o país. Não existe consenso sobre o número de expatriados, de acordo Bueno (2022), em um cálculo que prevê entre 400 mil e 1 milhão de pessoas partindo para países como Alemanha Oriental, Finlândia, Suécia, Venezuela, Moçambique, Cuba, França, México e Canadá. Esse foi o caso do escritor Antonio Skármeta (1940-2024) que, após permanecer na Argentina por algum tempo, esteve exilado na Alemanha por dezesseis anos, o que transparece na narrativa que é foco deste artigo, “O dia em que a poesia derrotou um ditador”.

A obra mescla fatos históricos, como a morte controversa do então presidente chileno Salvador Allende (1908-1973) e a ditadura e seu contexto de sequestros, torturas, mortes e desaparecimentos que repercute nas vidas dos personagens de forma semelhante às experiências vividas pela população na época. Skármeta leva ao leitor a percepção de um estudante, de um professor e de um publicitário contratado para elaborar a campanha do “Não”, o Plebiscito Nacional do Chile, ocorrido no ano de 1988, que marca o início do fim da Era Pinochet, ao garantir eleições gerais no ano seguinte.

A poesia que vence o ditador, na obra, não está relacionada ao gênero lírico, mas remete a Paul Valéry (2011), isto é, a um sentido relacionado ao radical grego poiein, um fazer, um agir sobre o mundo. A poesia, portanto, está vinculada à música, à literatura, à produção artística (slogans, desenhos, bandeiras) e ao desejo de vencer o terror e vivenciar a liberdade em todas as suas dimensões.

Ao propor esta leitura de Skármeta, partimos do pressuposto de que o romance se constitui como um dever de memória (Sarlo, 2005) e que, enquanto tal, coloca em pauta o testemunho/experiência do próprio autor, através das suas personagens que falam sobre medo e coragem, sobre o poder das armas e o da arte. “O dia em que a poesia derrotou um ditador” ergue-se como uma memória em seus muitos desdobramentos. Concentramos nossa abordagem no plebiscito de 1988 – para além de outros temas significativos presentes na obra e naquele momento da história chilena – porque acreditamos que o “Não” simboliza não só a resistência, mas também a memória latino-americana contra a ditadura: ¡No olvidar!

Em nome do capital e da ordem

A partir dos anos 1960, Cuba passou a ser observada por toda a América Latina, devido a sua transformação estrutural, social, política e econômica, reformas promovidas pela Revolução Cubana, movimento que, ao depor o ditador Fulgêncio Batista, deu fim à interferência dos Estados Unidos na ilha, ação que aproximou Cuba da União Soviética. Como consequência, houve a expropriação de oligarquias e distribuição de terras, individualmente ou cooperativadas, decretos para diminuição de aluguéis urbanos e do preço da tarifa pública (Guazzelli, 2004).

Em 1961, diante da vitória da Revolução Cubana (1961) contra as tropas treinadas pela Central Intelligence Agency (CIA), a potência capitalista sentiu-se pressionada a revisar sua implementação política, a fim de resguardar os seus interesses (Schwendler, 2014) que visavam ao

Desenvolvimento e Segurança Nacional (DSN) que pautou a criação da Aliança para o Progresso (1961) e a política de contra insurgência, ambas inseridas na estratégia de resposta flexível (contendo a possibilidade de implementação de todo o tipo de ação) que perpassa as administrações de Kennedy, Johnson e Nixon. Os conceitos básicos elaborados dentro do pensamento da Doutrina de Segurança Nacional (“inimigo interno”, “guerra interna”, “subversão”, “contra insurgência”, “Estado como ser vivo”, “objetivos nacionais” etc.) (Padrós, 2005, p. 19-20).

As forças armadas latino-americanas estavam associadas à política hegemônica norte-americana com o propósito de combater o “inimigo interno”, no caso, a população que simpatizava com os preceitos comunistas. Essas guerras internas se concretizaram em ditaduras militares em vários países: Paraguai (1958), Brasil (1964), Argentina (1966), Uruguai (junho de 1973) e Chile (setembro de 1973). Os regimes militares eram justificados em nome de uma Nação contra um Estado em crise, o que comprometia a própria sobrevivência (Schwendler, 2014).

A ditadura no Chile foi uma das mais traumáticas da América Latina, peculiaridade marcada pelo golpe de 11 de setembro de 1973, quando as forças conservadoras, lideradas pelo general Augusto

Pinochet, bombardearam o Palácio Presidencial de La Moneda e provocaram o suicídio¹ do presidente, democraticamente eleito, Salvador Allende. O regime militar visava aniquilar tudo e todos que se opusessem à vontade do governo, quanto a questões políticas, econômicas e culturais, eliminando ideias consideradas insurgentes e impondo uma nova concepção de sociedade

altamente hierarquizada, um Estado autoritário e centralizado, um movimento social fortemente disciplinado e de estrutura unitária em que qualquer tipo de conflito foram reduzidos ao mínimo, um sistema que as elites civis passaram a ser cooptadas pelo regime militar. Tudo que se refere ao pensamento político, suas categorias e instrumentos de análise e prática foram reduzidos a uma lógica militar (Schwendler, 2014, p. 14).

Essa lógica militar resultou em uma política de terrorismo de Estado. Nas palavras de Padrós (2005, p. 64), o terrorismo seria um meio de utilizar intimidação e violência para alcançar o desejado. Em síntese, é “um sistema de governo que emprega o terror para enquadrar a sociedade e que conta com o respaldo dos setores dominantes, mostrando a vinculação intrínseca entre Estado, governo e aparelho repressivo”.

Com intuito de acabar com a “via chilena ao socialismo” (Aggio, 2008, p. 79), logo após o golpe militar formou-se uma junta militar presidida por Pinochet, comandante do Exército, Gustavo Leigh, comandante das Forças Aéreas, César Mendoza, general diretor dos Carabineiros e José Toribio Merino, almirante da Armada. Esta junta assumiu o controle da nação e prometeu restaurar “la chilenidad, la justicia y la institucionalidade quebrantadas”, conforme consta no Decreto-Lei chileno n. 1, de 11 de setembro de 1973 (Chile, 1973). Dentro da legalidade, os militares aboliram a Constituição e instauraram o estado de sítio em todo o território nacional, executando dezenas de pessoas, principalmente os apoiadores de Allende e políticos socialistas e comunistas (Barreto; Oliveira, 2019)².

A fim de legitimar o seu governo ou para transmitir ao mundo que possuía o apoio da população, em 1988, Pinochet realizou um plebiscito. De acordo com Machado (2014), foram realizados três plebiscitos ao longo da Era Pinochet. O primeiro em 1978, em que a população foi questionada acerca da legitimidade do governo, a opção que apoiou o governo venceu; em 1980, outro plebiscito foi ganho pelo ditador, porém os resultados são questionáveis, acredita-se que houve fraudes. Em 1988, convocou-se o terceiro plebiscito, no qual uma aliança formada por Partido Democrático Nacional, Social Democracia, Esquerda Cristã, Movimento de Ação Popular Unitário, Partido Humanista e outros possibilitaram o fim da ditadura (Machado, 2014). O resultado contabilizou 3.119.110 para o “Sim” (43,01%) população que aprovava o governo de Pinochet; 3.967.579 votos para o “Não” (54,71%) número

¹ O suicídio de Salvador Allende tem sido frequentemente contestado, pois a população, alguns historiadores e familiares, como a escritora Isabel Allende, alegam um possível assassinato. Durante anos, o caso foi investigado até que, por fim, em 2012, a Suprema Corte encerra o caso e confirma que o ex-presidente se matou (Monte, 2014).

² O Estádio Nacional do Chile passou a ser chamado de “Estádio da Morte”, local onde milhares de pessoas foram torturadas e executadas, distorcendo o propósito de tal edificação. Da mesma forma, o governo ditatorial buscava o domínio de toda e qualquer expressão cultural. Dentre os muitos mortos, esteve o cantor Victor Jara, uma das vozes mais contundentes da resistência ao regime.

de pessoas que desejavam o fim da ditadura; 2,28% anularam seu voto ou votaram em branco. Inicia-se, então, um período de reconstrução diante do fim da ditadura.

A arte sob suspeita

As expressões artísticas foram duramente perseguidas pelo regime militar chileno, pois eram os meios mais utilizados para denunciar, protestar e também para problematizar a história que estava sendo oficializada. Muitos artistas sofreram as consequências por assumirem a força da resistência diante das injustiças cometidas pelo governo. Mediante a detecção de alguma fala, subtexto ou escrita considerada subversiva pelos censores³, graves punições eram infligidas ao artista. Além das execuções, a repressão se dava por divulgação de listas de artistas proibidos e exclusão de músicas dos meios de comunicação. A música tornou-se, simultaneamente, a arte mais perseguida e o maior símbolo de resistência contra o regime.

Entre os anos de 1965 e 1966, principiou o movimento Nova Canção que, em 1969, foi cunhado de “Nueva Canción Chilena”. O movimento formou-se a partir de duas vertentes: a militância política apoiadora da Esquerda e a valorização de elementos da cultura folclórica do país, através da divulgação de canções chilenas e latino-americanas, composições de artistas locais, carregadas, ao mesmo tempo de crítica social relacionada à política vigente. O Nova Canção, conforme Silva (2008), mobilizou agentes sociais com o intuito de construir um projeto político contra-hegemônico dirigido a trabalhadores para, assim, fomentar o avanço da consciência de classe e instigar o processo de luta e de construção do socialismo.

A efervescência da Revolução Cubana propulsionou diversas iniciativas também no campo da cinematografia da América Latina. O Nuevo Cine Chileno percebia, “especialmente no gênero documental, a necessidade de enfrentamento ao imperialismo e de construção de uma identidade cultural construída a partir das raízes populares, além de levar uma ‘consciência revolucionária’ à população” (Bueno, 2022, p. 162). A proposta era levada a clubes, universidades e a outros espaços abertos à reflexão sobre a realidade do país. Esses movimentos estavam identificados com o governo socialista de Allende e, obviamente, caíram em desgraça tão logo do golpe do regime militar.

Grande parte dos cineastas saíram do país e seguiram carreira na Europa, caso de Patricio Guzmán, cuja obra documental continua sendo essencial para a compreensão daqueles anos no Chile. Sua trilogia “La batalla de Chile” (disponível no YouTube), tem sido considerada um dos melhores documentários sobre o tema, em âmbito internacional. Em “Chile, la memoria obstinada”, de 1997, o cineasta volta ao país de origem e conversa, mais uma vez, com os personagens reais da trilogia. Nesse cenário, pode-se ver as percepções contraditórias, verdadeiras batalhas de memórias, sobre os eventos que marcaram a vida da população desde os primórdios do conflito até o seu final⁴.

³ Os censores eram funcionários públicos encarregados de examinar obras artísticas ou culturais, assim como os meios de comunicação de massa, com fins de censura. O objetivo era proibir a transmissão de qualquer mensagem subversiva que ameaçasse a supremacia do ditador.

⁴ O cinema tem sido um guardião incansável da memória sobre ditadura chilena, de acordo com Brígida Poli (2023). Nos últimos anos, foram lançados os filmes “‘Morte a Pinochet’: um ato de amor” (2023), “Chile, 1976” (2023), “Post-

No que se refere à literatura, Carreira (2017) menciona que houve três fases, sendo a primeira nos anos em que a ditadura se instaurava. As mudanças sofridas no âmbito subjetivo eram, na maioria, resultado dos acontecimentos coletivos e políticos e provocaram a quebra do silenciamento, devido à necessidade de expressão entre privado e público. Durante o período de consolidação, o foco da escrita estava em refletir sobre as naturezas humanas e sociais, o que remetia a uma introspecção maior. A pesquisadora descreve a terceira fase como o momento de “reconstruir a unidade entre o sujeito e o objeto”, que pode ser compreendido como período para reorganização e soma de esforços com a finalidade de retomada da democracia:

Toda a produção literária pós-golpe foi afetada por três fases históricas distintas: o período do “choque” (1973-1976), quando a política de Pinochet optou por dizimar todas as organizações, partidos políticos e grupos culturais, o período de consolidação da ditadura (1976-1980) e o período de descontentamento e desobediência civil (1981-1986), originado pelo nível de organização do grupo de oposição ao regime, que levou ao plebiscito de 1988 (Carreira, 2017, p. 24).

A ditadura chilena também atacou amplamente a área da educação chilena, com foco direto na ação docente, a começar pelo deteriorização das condições de trabalho, conforme analisa Castro (2023). Anteriormente ao golpe de Estado de Pinochet, professoras viviam tempos melhores, devido a certa ascensão da classe operária em meio à economia industrial. Sob o jugo ditatorial, de imediato a educação foi penalizada em vários aspectos, como o controle sobre o ensino, o desmantelamento dos sindicatos, a defasagem dos salários. Por fim, os educadores deixaram, inclusive, de ser considerados funcionários públicos. Com a entrada de Pinochet, a educação deixa de ser direito do cidadão e passa a ser mercadoria. As consequências dessas ações ultrapassaram os anos de chumbo, pois nem mesmo após o início da transição para a democracia, em 1990, com a criação do Estatuto dos Profissionais da Educação, a docência voltou a ter posição de prestígio.

Claudia González Castro (2023) cita duas formas de injustiça sofridas pelos professores de forma que uma seja a causa e também o resultado da outra. A injustiça distributiva, de cunho socioeconômico, está associada à cultura de exploração do trabalho. A outra é a injustiça de reconhecimento, que é cultural e simbólica. Dessa forma, o professor, devido ao baixo salário, não consegue participar da construção cultural e, conseqüentemente, não é muito reconhecido. Por ter baixo reconhecimento, a distribuição, ou seja, os rendimentos dos docentes não aumentam, fazendo com que permaneçam nesse ciclo vicioso: “A injustiça distributiva impede a participação igualitária na construção da cultura, impactando o reconhecimento do coletivo humano. Da mesma forma, as normas culturais que determinam o reconhecimento são institucionalizadas pelo Estado e pela economia, impactando a distribuição” (Castro, 2023, p. 5, tradução nossa).

mortem” (2022), “Cachorros” (2017) e os documentários “‘Lemebel’: um artista contra a ditadura chilena” e “‘Morte no estádio’: vida e morte de Victor Jara”, ambos de 2019. Trata-se de documentários disponível na plataforma Netflix e Prime vídeo.

Por outro lado, mais adiante, Castro (2023) aponta que, embora a distribuição tenha afetado o reconhecimento, apenas adequar as condições de distribuição com aumento de salários não melhora, necessariamente, o reconhecimento, pois este vem a ser uma construção cultural e que consolidou desde a ditadura. Nesse sentido, é importante ter em mente que o reconhecimento do trabalho docente precisa estar associado à época e ao contexto em que foi realizado e que ser professor na Era Pinochet, mais do que exercer uma profissão, foi uma “forma de luta social”.

Ainda no que tange ao conhecimento e à educação, o Chile não se esquivou de uma sistemática recorrente nos regimes totalitários: a queima de livros considerados subversivos. Em 28 de novembro de 1986, 15 mil cópias do livro “A aventura de Miguel Littín clandestino no Chile”, de Gabriel García Márquez, foram queimadas. Revistas, jornais e livros de cunho marxista e/ou sociológico tiveram o mesmo destino, enquanto livrarias e bibliotecas eram constantemente vigiadas. A perseguição aos livros e, por conseguinte, às ideias e àqueles que tinham a possibilidade de propagar o conhecimento e de promover a leitura crítica, foi incansável, sob a desculpa que esses agentes poderiam propagar o comunismo.

No entanto, mesmo sob o impacto do totalitarismo, a literatura chilena mostrou-se profícua durante o regime e, ainda hoje, autoras e autores seguem referindo, em seus textos, aqueles difíceis anos. Pablo Neruda, apesar de haver falecido pouco tempo após o golpe de Estado, foi uma voz importante na luta contra a opressão e uma influência notória para a escritora Isabel Allende, sobrinha do presidente anterior. Em “Paula” (1994), ela narra um drama familiar – a doença e a morte da filha – e as dificuldades vividas no exílio, devido à perseguição a sua família. Os autores Roberto Bolaño (1953-2003) e Luís Sepúlveda sentiram de perto o peso dos desmandos políticos. Em “Nocturno de Chile” (2000), Bolaño denuncia os horrores que ocorriam durante a Era Pinochet. Sepúlveda, que foi preso político, expurga suas memórias em “La sombra de lo que fuimos” (2009). Atualmente, além de Allende e Sepúlveda, Mauricio Electorat e Alejandro Zambra seguem mantendo viva a história que marcou o Chile por quase duas décadas.

Na mesma linha, um número significativo de textos literários dirigidos ao público infantil e juvenil tematizam a Era Pinochet. Sem perder o caráter estético, esses textos vinculam-se ao propósito de manter a memória viva sobre os anos de chumbo. O Chile, assim como a Argentina e outros países latino-americanos, persegue a ideia de “Ditadura, nunca mais!”⁵. Em Valparaíso, por exemplo, é comum ler-se as palavras “No olvidar” escritas em paredes de casas e em muros, como um lema necessário à manutenção do respeito aos direitos humanos e às famílias de desaparecidos e torturados.

Dentre os exemplos mais conhecidos da literatura para crianças e jovens encontram-se “La composición” (2005) de Antonio Skármeta, e a coleção “Hablemos de...” composta pelos textos “El tío Octavio” (2011) de Camila García, “Clandestinos” (2011) de Cristina Ortega, “Canto para mañana” (2013) de Calú López, e “Chocolate” (2013) de Jeong Woo Hong. Recentemente, foi lançado “Las lecciones maravimágicas de Lulú”, de June García e Josefa Araos (2020). Os livros lembram o drama dos desaparecidos, a censura, a violência cotidiana e, sobretudo, as lacunas na memória dos mais jovens e

⁵ O Museu da Memória e dos Direitos Humanos, localizado em Santiago do Chile, possui três andares onde estão reunidos documentos, fotos e vídeos sobre a ditadura militar chilena. Cada sala é nomeada de forma a ratificar a importância da memória sobre os acontecimentos daquele período.

o silenciamento dos sobreviventes (Cardoso, 2022). Destaca-se, ainda, neste âmbito literário, a obra discutida neste artigo, “Los días del arco-íris”, traduzida no Brasil como “O dia em que a poesia derrotou um ditador”, de Skármeta, publicada em 2011.

E o povo disse “Não!”

Embora estejamos falando sobre os horrores de um processo ditatorial, é necessário atentar para o fato de que tais regimes não se instauram sem uma significativa dose de aceitação popular. Dana Williams (2018) chama a atenção para o fato de que, no Chile, o 11 de setembro de 1973 faz parte, sem dúvida, da consciência coletiva do país. Contudo, há distintas percepções sobre a data: para muitos, é o dia em que o general Augusto Pinochet salvou o Chile da ideologia comunista; para outros, é o dia em que um golpe militar lançou uma catástrofe sobre o país.

Esse nível de contraponto nos impulsiona a pensar sobre as configurações que a memória pode engendrar sobre determinado evento, sobretudo se alinhavada pelo poder hegemônico que, com frequência, divulga memórias que confundem autocracia com ordem e progresso. Para tanto, baseia seus discursos na necessidade de combater a criminalidade, a insegurança econômica e as ideologias contrárias ao bem-estar da nação.

Elizabeth Jelin (2012) alerta que as lembranças sobre conflitos de projeção nacional rapidamente se tornam objeto de disputa de memórias e, inevitavelmente, em um dispositivo com o qual o poder busca oficializar certas narrativas em detrimento de outras, privilegiando aspectos históricos de interesse e, com isso, estabelecendo determinados significados para o passado. Como a memória exige seleção de fatos, os espaços do silêncio e do esquecimento são centros de toda e qualquer narrativa sobre o que passou. O trauma, inclusive, pode ser o vetor a impedir que a memória se efetive⁶, pois esquecer resulta, no caso, em alívio para quem quer/precisa esquecer. Esses “vazios” são rapidamente ocupados pela história oficial.

É nesse sentido que Beatriz Sarlo (2005) defende a necessidade de existir, na América Latina, um dever de memória sobre a ditadura, pois somente os testemunhos podem tornar possível a punição ao terrorismo de estado. Mas não se trata apenas de organizar comissões da verdade, monumentos, museus da memória, relatórios e toda uma série de registros sobre o ocorrido, inclusive porque, muitas vezes, esses movimentos são manipulados pelo poder.

Nessa linha, podemos fazer referência ao fenômeno da memória emblemática (Stern, 1999), isto é, o modo como os testemunhos podem, eventualmente, ser compactados em um monumento, uma história única que passa a representar o evento traumático como um todo. Sarlo (2005) ressalta a importância de narrar a experiência, tornando real a presença do sujeito que se narra na cena do passado. O testemunho só é possível a partir de uma experiência que só toma corpo através da narração. Para a estudiosa, a linguagem – o que inclui a literatura – libera o silenciado da experiência e a repara do

⁶ Savannah Ducharm, em pesquisa com mulheres chilenas que sobreviveram à tortura e à violência sexual, sob o regime de Pinochet, discute a vergonha das entrevistadas de falar sobre o assunto e o consequente desejo de esquecer esse trauma (Ducharm, 2016).

imediatismo e do esquecimento para converter o vivido em algo que pode ser comunicado e, portanto, coletivo.

A literatura reaviva memórias não somente esquecidas, mas também invisibilizadas. Através das vivências de situações pessoais dos personagens, surgidas em decorrência de determinado acontecimento, a literatura consegue levar o leitor a viver dialeticamente a realidade transfigurada para a escrita. Ao ler, é possível perceber os impactos de acontecimentos historicamente conhecidos na vida de personagens semelhantes ao leitor. As temáticas existenciais que aparecem são também atemporais e conectam memórias públicas e coletivas com memórias pessoais. Segundo Jelin (2000), para constituir a experiência vivida subjetivamente é necessário, primeiramente, que se encontre palavras para expressar o que foi vivido para, assim, transmitir e “construir o conhecimento cultural compartilhado” que une passado e futuro.

Em “O dia em que a poesia derrotou um ditador”, com base em Carreira (2017), situa-se na terceira fase literária do Chile, pois aborda os esforços para a retomada da democracia e compreende o contexto específico que envolveu o Plebiscito de 1988, tentativa de Pinochet provar ao mundo que tinha o apoio da população chilena. Para tanto, no dia 05 de setembro de 1988, iniciaram-se campanhas publicitárias na televisão. Diariamente, a partir das 23h, eram transmitidos em rede nacional dois programas, a campanha do “Sim” e a do “Não”, cada um com 15 minutos de duração. As campanhas diferenciavam-se drasticamente (Machado, 2014).

Houve um investimento pesado na campanha da extrema-direita pelo “Sim” e Pinochet distribuiu milhares de casas para os mais vulneráveis antes do referendo (Hoppe, 2020). No entanto, a campanha do “Não” se fortaleceu pelo repúdio da população à violência generalizada e, especificamente na campanha publicitária, destacou-se a qualidade técnica usada, a começar pelo logotipo que trazia um arco-íris como símbolo. Já o logo dos militares, com listras em azul, branco e vermelho mostrava uma referência clara ao imperialismo norte-americano:

Imagem 1: Logotipos das campanhas do “Não” e do “Sim”



Fonte: Domínio público.

“O dia em que a poesia derrotou um ditador” focalizou a campanha do “Não”, o que já se manifesta no título original da obra de Skármeta: “Los días del arcoíris” (2011). A narrativa inicia com as palavras do Nico Santos, estudante de 17 anos: “Na quarta-feira prenderam o professor Santos. Nada incomum nos tempos atuais. Só que o professor Santos é meu pai” (Skármeta, 2020, p. 9). Existe, neste trecho, um contraste entre a novidade que é apresentada ao leitor e a naturalidade com que um evento tão

significativo é comunicado. De imediato, no entanto, o narrador justifica, em certa instância, essa naturalidade, tendo em vista que as prisões se tornaram corriqueiras naquele contexto.

A situação específica também revela as táticas utilizadas pelo regime. O professor fora levado em meio a uma aula, na frente de 35 alunos. O ato é tão peculiar quanto frequente na sistemática ditatorial: todos sabem que o homem não será executado, já que há testemunhas do sequestro. Trata-se de uma dedução simples naquelas circunstâncias, de um silogismo (Baroco). No entanto, não é motivo de alívio, mas de apreensão, tendo em vista que o desaparecimento de perseguidos políticos pode ser tão traumático quanto a morte.

Há que se pensar, nesses casos, sobre “o não saber”: onde estará o desaparecido? Segue vivo? Haverá um retorno ou um corpo para enterrar? O ato envolve, por um lado, uma demonstração de poder do governo; por outro, o impacto desse poder sobre a população, representada por aquele que foi preso devido a uma ação de resistência e por aqueles que se calam para evitar o mesmo destino.

A narrativa segue intercalando capítulos nos quais Nico Santos apresenta os acontecimentos sob sua perspectiva, representando os jovens estudantes. Outros capítulos trazem um narrador onisciente centrado em Adrián Bettini, pai de Patrícia, namorada de Nico. Bettini representa a geração anterior a Nico e, por isso, conhece a origem dos acontecimentos atuais. As vozes narrativas intercalam memórias, mesclando música, filosofia e fatos históricos do ponto de vista de duas gerações.

Nesse espaço multifacetado, a presença do intelectual – de professores e do publicitário Adrián Bettini – revela a luta que se estabelece entre aqueles que conclamam pelos direitos humanos e aqueles que, para sacrificar tais direitos, recorrem ao silenciamento da intelectualidade. Nesse âmbito, mesmo sem ter necessariamente vivido a ditadura do Chile, é possibilitada ao leitor a constituição de uma memória sobre o contexto, na medida que se entrega à leitura. Não será uma memória única ou “correta”, mas certamente reflexiva sobre os acontecimentos.

O professor Javier Valdivieso, substituto do professor Santos, dá continuidade aos estudos filosóficos falando sobre o “mito da caverna”, de Platão, segundo o qual, o que se vê ao estar na caverna é apenas a sombra projetada na parede e não a realidade sob a luz do sol. Esta concepção é ampliada pelo professor ao retomar o pensamento de Aristóteles: “Tomem nota: ‘Nenhuma das virtudes éticas ocorre em nós por natureza, visto que nenhuma coisa natural é modificada pelo hábito. [...] Em compensação, as virtudes não ocorrem nem por natureza, nem contra a natureza, mas porque o homem tem aptidão natural para recebê-las e aperfeiçoá-las mediante o hábito’” (Skármeta, 2020, p 38-39).

Relacionando a ideia de hábito à situação da caverna, é possível deduzir que hábitos também podem resultar de visões distorcidas de mundo. Embora o professor não entregue esse raciocínio pronto, ele fornece subsídios para essa conclusão, ao apresentar conceitos que se aplicam de forma atemporal à realidade humana. Professor Santos, pai de Nico, ao voltar para casa depois do sequestro, faz menção ao mito da caverna, pedindo ao filho que não questione como sua amiga Laura Yáñez conseguiu tirá-lo do cativeiro: “Não vivemos no mundo das ideias platônicas. Na vida real, o Bem anda misturado com o Mal” (Skármeta, 2020, p. 193).

No campo artístico e criativo, Bettini se vê numa situação perigosa, pois negou ao ministro Fernández⁷ chefiar a campanha publicitária do “Sim” e, mais do que isso, estava trabalhando na campanha do “Não”. Além do medo, Bettini sente-se “arrasado animicamente”, ao deparar-se com o desânimo da população anestesiada pela falta de estímulos e pela submissão ao sistema: “Bettini saiu do café decidido a comunicar a Olwyn que iria desistir. Não importava para onde olhasse, a soma dos fatores chegava sempre ao mesmo produto: desânimo da população, hábito à ditadura, desesperança confundida com tédio, atos heroicos e isolados de resistência, pulverizados pelo regime” (Skármeta, 2020, p. 59).

Bettini se vê desorientado em um mundo de silêncios. Mais do que aquilo que não é dito, existe a ausência do que Eni Orlandi (1997) chama de silêncio fundante, ou seja, aquele silêncio preexistente, que funda a linguagem e é construído historicamente, assim como a identidade humana. No silêncio fundante se dá o movimento dos sentidos e dos sujeitos e é de onde as falas são recortadas, de onde são feitas as escolhas enunciativas. Essa ausência é a falta da manifestação da essência humana, da alma. Quando a autoanulação e a autorrepressão se tornam hábitos motivados por visões distorcidas, como é o caso de uma ditadura, esse comportamento apático passa a constituir a identidade individual e coletiva, limitando-as a uma percepção muito superficial. Podemos perceber, nesse âmago, a relação com a memória a se constituir sobre os acontecimentos.

Memórias e silêncios

Bettini, diante da debilidade aparente do povo chileno, se pergunta “se o suicídio de Allende tivera sentido em um país tão pusilânime” (Skármeta, 2020, p. 64). Em outras palavras, o personagem vê a população ficando cada vez mais acovardada e moralmente frágil, fruto do que Orlandi (1997) chama de “língua-de-espuma” ou “língua que trabalha o poder de silenciar”. Essa formação discursiva, típica da censura, não se desdobra em novos sentidos, não reverbera e, portanto, não conduz a reflexões e sentimentos profundos. Jelin (2005), ao falar sobre violência social, afirma que sem acesso ao mínimo, tanto no sentido material quanto de pertencimento social, a população torna-se apática e sem laços sociais. Vale ressaltar, no entanto, que os incontáveis atentados à vida humana podem ser o principal fator da inércia popular. O medo, assim como o trauma, imobiliza e silencia. E, sem dúvida, a campanha do “Não”, na História e na ficção, aumentou a violência.

O historiador Steve Stern (2000) fala a respeito da amnésia involuntária como uma forma ou mesmo uma necessidade de deixar certas memórias para trás, a fim de preservar tanto a integridade física quanto psicológica. Trata-se de uma memória emblemática, pautada pelo esquecimento. Ocorre, porém, que essa memória está em algum lugar no sujeito e pode, eventualmente, tomar a feição de trauma. A partir da perspectiva sociológica, Eviatar Zerubavel (2006) atribui essa negação a um

⁷ Sergio Fernández Fernández foi Ministro do Interior (1978-1982 e 1987-1988) e do Trabalho (1976-1978), filiado ao União Democrática Independente (UDI), partido chileno de direita, fundado em 1983 por Jaime Guzmán, homem de destaque na Era Pinochet.

comportamento social que visa a evitar o trauma a qualquer custo, embora seja justamente o que está ocorrendo.

O sociólogo denomina a situação de “o elefante na sala”: o problema está ante todos que, sistematicamente, evitam falar sobre ele. Zerubavel argumenta que a negação existe em 3 níveis: a oficial, a cultural e a pessoal. A primeira provém de leis que impõem formas de controle institucional. A segunda abrange o papel que a cultura e as normas têm sobre a sociedade, determinada instituição ou a família. Quanto à negação pessoal, pode ser a insistência de que nada aconteceu, ou a aceitação, atribuindo outro sentido ao ocorrido ou, ainda, a negação implicatória que minimiza, justifica ou racionaliza o que aconteceu. Esses são riscos de apagamento da memória dos eventos e de ascensão de uma história oficial escrita pelos que estão no poder.

Assim, destaca-se, no contexto – história e ficção – que ora discutimos, não só a violência física perpetrada pelo autoritarismo, mas a violência duplicada pelo silêncio traumático, pela manipulação e, às vezes, pelo aliciamento, como compra de votos, moradia etc. Tanto a tortura quanto as benesses oferecidas pelo ditador são faces da mesma moeda a que sujeitos devem se submeter ou pagar o preço.

Existe, na narrativa, a indignação de Bettini diante do silêncio do povo, mas ele próprio hesita em enfrentar ou não o sistema. Sentindo-se como Davi ante Golias, Adrián Bettini passa a chefiar a campanha do “Não”. O leitor de Skármeta vê-se diante de uma narrativa em que fatos históricos e ficcionais se amalgamam, impossibilitando ao leitor o discernimento primário entre um e outro, como observamos em uma estratégia empregada pela campanha do “Não”.

Na publicidade, transmitida televisivamente, os depoentes são “mães de filhos desaparecidos, mulheres violentadas, adolescentes torturados, operários com o lombo moído a cacetadas, velhos surdos, [...] pianistas com pulsos fraturados” (Skármeta, 2020, p. 62). Uma delas faz um pedido a Bettini: “Quero que você use uma cueca de minha autoria em seu programa” (Skármeta, 2020, p. 62). A cueca, gênero de música folclórica do oeste da América do Sul, seria em homenagem ao marido preso e desaparecido, com cenas em que a mulher dançaria com o marido sequestrado, ao som da canção “Minha vida um tempo, eu fui feliz” (Skármeta, 2020, p. 63), acompanhada dos acordes do piano de seu filho Daniel.

Para Bettini, esse episódio, entre outros, é demolidor e ele se vê angustiado por não ser capaz de produzir uma campanha publicitária que possa, em 15 minutos, derrotar o “Grande Golias” e, menos ainda, sintetizar tanta dor. É quando alguém adentra a casa de Bettini e afirma ter o jingle da campanha do “Não”, com uma melodia grudenta e alegre. A alegria era o foco principal do “Não”, bem como “a promessa de algo diferente” (Skármeta, 2020, p. 97). Raúl Alárcon, conhecido por Florcita Motuda (florzinha cacheada) ou ainda Baixinho, ao som da melodia do Danúbio Azul de Strauss, inicia

Começa-se a ouvir o “Não”, o “Não”,
em todo o país, o “Não”, o “não”,
[...]
Pela vida: “Não.”
Pela fome: “Não.”
E ao exílio: “Não.”
À violência: “Não.”

Ao suicídio: “Não.”
 Todos juntos dançaremos
 este “Não.”
 Não, não
 Não, não [...] (Skármeta, 2020, p. 77-78).

Durante a campanha do “Não”, no Chile, o jingle intitulado “Chile, a alegria está chegando” era um alento de esperança, com letra de Sérgio Bravo, música de Jaime de Aguirre e interpretação de Rosa Escobar e Claudio Guzmán, além da colaboração de estrelas chilenas e internacionais, dentre elas Florcita Motuda:

Chile, a alegria está chegando (3X)
 Porque digam o que quiserem
 Eu sou livre para pensar
 Porque sinto que é a hora
 de ganhar a liberdade [...]
 Porque eu penso no futuro
 Vou dizer que não
 Vamos dizer que não (oh oh)
 Com a força da minha voz
 Vamos dizer que não (oh oh) E eu canto sem temor
 Vamos dizer que não (oh oh)
 Todos juntos a triunfar
 Vamos dizer que não (oh oh)
 Pela vida e pela paz
 Vamos dizer que não! (Noschang, 2023, p. 63).

Novamente, história e ficção se mesclam. Em ambas as letras, há o anseio pela paz e pela vida e esperança no porvir. Além disso, Noschang (2023) afirma que, depois de uma tempestade, surge um arco-íris, cujas cores representam a alegria. Não por acaso, a bandeira do “Não” é um arco-íris. Bettini explica: “– Ouça, senador. O Arco-íris reúne as condições que queremos. Tem todas as cores e é uma coisa só. Representa os partidos do “Não”, e nenhum deles perde a individualidade. É uma coisa bela que surge depois de uma tempestade, e todas essas cores têm o que o senhor queria: alegria!” (Skármeta, 2020, p. 97).

E assim seguiu-se a campanha do “Não”, na busca de um futuro promissor. A campanha do “Sim” acreditava que sairia vencedora do pleito, por isso, ante a divulgação do jingle do “Não” e da presença de Bettini, permitiram que fosse: “– Deixo-o ir! Com esses versinhos não convencerá ninguém” (Skármeta, 2020, p. 141), subestimando o poder do fazer poético de toda a campanha, não muito diferente do “Não” que Skármeta inscreve sob um jogo que contrapõe a tortura física, imposta pelos torturadores, à dor da alma, causada pela descrença dos clientes de Bettini: “Se o arqui-inimigo ministro do Interior conseguira que lhe quebrassem a clavícula, seus próprios clientes lhe haviam quebrado a alma” (Skármeta, 2020, p. 125). Na mesma proporção, a vitória poética alivia as dores físicas e morais do professor Santos. Ele tem marcas de queimaduras de cigarro nas mãos e, quando questionado pelo filho, responde: “– É que na prisão não havia cinzeiros, e os rapazes apagavam os cigarros em qualquer lugar. – sorri. – Mas nunca nada muito grave. Tudo dentro do silogismo Baroco” (Skármeta, 2020, p. 192).

O “Não” vence o plebiscito e a arte possibilita o fim do ditador, pois “quinze minutos bastaram para acabar com quinze anos” de sofrimento (Skármeta, 2020, p. 184). Agora, o arco-íris, com todas as suas cores, reinará, com a poesia (música, arte, literatura) como protagonista e agente responsável pela vitória da vida. No entanto, são os quinze anos que deixarão traumas indelévels. Mais do que isso, são os quinze anos que não podem ser esquecidos.

Considerações finais: com a força da memória

Entre as diversas propostas contemporâneas trazidas pela literatura latino-americana, certamente a memória sobre a violência tem merecido destaque. Isso não é por acaso. A violência assola a região desde a conquista, seja pela colonização exploratória, pelo massacre dos povos originários, pela escravização indígena e negra ou pelos processos ditatoriais. Esta forma de violência, em específico, está acesa na memória dos latino-americanos, pois seguimos convivendo com a ausência de parentes e amigos, corpos continuam sendo encontrados, exilados ainda receiam voltar a seus países de origem. Os protestos das Madres/Abuelas de la Plaza de Mayo, na Argentina, por exemplo, ainda são ouvidos. Além disso, o afã por regimes totalitários não foi vencido, haja vista a recrudescência da extrema direita no mundo.

Em 2022, o “El País” divulgou uma série de fotos que documentam as inúmeras violações aos direitos humanos ao longo da Era Pinochet. Pelas lentes dos fotógrafos, também podemos ver o contexto do Plebiscito de 1988, que dividiu a nação entre aqueles que apoiavam o regime e aqueles que se opunham à barbárie. São registros, são memórias, são leituras. Como essas fotos, ou como os documentários de Patricio Guzmán, um livro também pode fazer ver.

Nesse sentido, lembrar e esquecer são verbos a serem (re)conjugados no âmbito dos estudos sobre a memória. Pode-se dizer que Antonio Skármeta, com a obra “O dia em que a poesia derrotou um ditador”, ergueu uma memória em homenagem aos sofrimentos daqueles que viveram e lutaram durante a ditadura chilena, sobretudo os intelectuais. Skármeta deu vida a uma grande parte dos números das violações daquela época. Através da narrativa que se aviva pelas vozes dos personagens Nico e Bettini, as denúncias humanizam antigas manchetes de noticiários, levando o leitor a imaginar o que mais pode ter sido ocultado pela mídia controlada pelo regime. Além disso, a trama incita a reflexão sobre a luta pela liberdade e o esforço das gerações anteriores para que hoje a democracia seja um fato.

“O dia em que a poesia derrotou um ditador” leva a perguntas sobre quem somos após termos sido silenciados. A insistência em obras de cunho memorialístico, nessa linha, não é um culto ao passado, pois superam em muito a glorificação da história pautada pela criação de heróis eleitos pelo poder hegemônico. O texto de Skármeta, assim como outras narrativas do gênero, identificam os heróis anônimos, as vidas perdidas, as histórias – mais do que “a História” – que todos precisamos conhecer e problematizar. Além disso, ao escrever sobre o vivido, o próprio autor narra suas experiências e ritualiza o seu dever de memória para si e para as gerações de leitores do passado e do futuro. As palavras “No olvidar”, escritas, ainda hoje, nos muros e paredes do Chile, são refrão para todos nós. Como latino-

americanos, existe um “eu” que está e estará sempre conectado à necessidade de entender a ameaça do totalitarismo.

Fonte

SKÁRMETA, Antonio. *O dia em que a poesia derrotou um ditador*. Rio de Janeiro: Record, 2020.

Referências

AGGIO, Alberto. O Chile de Allende: entre a derrota e o fracasso. In: FICO, Carlos et al. (Orgs.). *Ditadura e Democracia na América Latina: balanço histórico e perspectivas*. Rio de Janeiro: FGV, 2008, p. 77-93.

ALLENDE, Isabel. *Paula*. Santiago de Chile: Plaza & Janés, 1994.

BARRETO, Anna Flávia Arruda Lanna; OLIVEIRA, Natália Silva Teixeira Rodrigues de. Histórias de divulgação dos direitos humanos na Era Pinochet: sequestros, desaparecimentos forçados e autoritarismo. *Estudos Ibero-Americanos*, v. 1, p. 29-42, 2019.

BOLAÑO, Roberto. *Nocturno de Chile*. Barcelona: Anagrama, 2000.

BUENO, Samuel Torres. O exílio chileno pelas lentes do cinema (1973-1983). *Temporalidades – Revista de História*, v. 14, n. 1, p. 158-180, jan./ago. 2022.

CARDOSO, Rosane Maria. Quem me conta (um)a história? Sobre resistência e memória na literatura infantil e juvenil argentina. In: GRAZZIOLI, Fabiano Tadeu et al. (Orgs.). *Leitura e literatura infantil e juvenil: (con)fluências*. São Paulo: Pimenta Cultural, 2022, p. 239-265.

CARREIRA, Shirley de Souza Gomes. A representação do exílio em *No pasó nada*, de Antonio Skármeta. *Revista Eletrônica do Instituto de Humanidades*, v. 17, n. 43, p. 22-31, 2017.

CASTRO, Claudia González. Profesorado chileno en dictadura: entre militancia política y búsqueda de reconocimiento. *Educación & Sociedade*, v. 44, p. e261883, 2023.

CHILE. *Decreto ley n. 1.– Santiago de Chile, de 11 de septiembre de 1973*. Santiago de Chile: Acta de constitucion de la junta de gobierno, 18 sep. 1973.

DUCHARM, Savannah. Las sobrevivientes: la represión social y política del trauma sufrido de las mujeres desde la dictadura. *Independent Study Project (ISP)*. 2016. Disponível em: <https://encurtador.com.br/rUNd>. Acesso em: 11 jan. 2026.

HOPPE, Álvaro. Las fotos del plebiscito en Chile contra Pinochet. *El País*. 24 out. 2020. Disponível em: <https://encurtador.com.br/iOcO>. Acesso em: 11 jan. 2026.

GARCÍA, Camila. *El tío Octavio*. Santiago de Chile: Ocho Libros Editores, 2012.

GARCÍA, June; ARAOS, Josefa. *Las lecciones maravimágicas de Lulú*. Santiago de Chile: Alfaguara Infantil e Juvenil, 2020.

GARCÍA MÁRQUEZ, Gabriel. *A aventura de Miguel Littín: clandestino no Chile*. Rio de Janeiro: Record, 1986.

GUAZZELLI, César Augusto Barcellos. *História contemporânea da América Latina: 1960-1990*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

GUZMÁN, Patricio. Chile, la memoria obstinada. *Icarus Films*. 1997. Disponível em: <https://encurtador.com.br/NTxT>. Acesso em: 10 jan. 2026.

GUZMÁN, Patricio. Chile: ensaio sobre uma derrota histórica. *Revista Rosa*, n. 1, v. 6, p. 59-76, 2022.

HONG, Jeong Woo. *Chocolate*. Santiago de Chile: Ocho Libros Editores, 2013.

JELIN, Elizabeth. Exclusión, memorias y luchas políticas. In: MATO, Daniel (Comp.). *Cultura, política y sociedad: perspectivas latinoamericanas*. Buenos Aires: CLACSO Editorial, 2005, p. 219-239.

JELIN, Elizabeth. *Los trabajos de la memoria*. Lima: IEP, 2012.

JELIN, Elizabeth. Memorias en conflicto. *Revista Puentes*, v. 1, n. 1, p. 6-13, 2000.

LARRAÍN, Pablo. *Post-Mortem*. Santiago de Chile: Fábula, 2010.

LÓPEZ, Calú. *Canto para mañana*. Santiago de Chile: Ocho Libros Editores, 2013.

LOS PRISIONEROS. *La Voz de los '80*. Santiago: Fusión Producciones, 1984.

MACHADO, Gilmar José. *O plebiscito chileno de 1988: uma abordagem das propagandas*. 38f. Licenciatura em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2014.

MARTELLI, Manuela. *Chile, 1976*. Santiago de Chile: Wood Producciones, 2023.

MARTELLI, Manuela. *Morte a Pinochet: um ato de amor*. Santiago de Chile: Wood Producciones, 2023.

MONTE, Rocío. A Justiça chilena ratifica que Salvador Allende se suicidou. *El País*, 08 jan. 2014. Disponível em: <https://encurtador.com.br/BNuw>. Acesso em: 10 jan. 2026.

NOSCHANG, Fernanda Andricópulo. *Chile, la alegría ya viene: propaganda para mudar opiniões e votos, uma análise de oito cenas do filme “No”*. 74f. Bacharelado em Relações Públicas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2023.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. Campinas: UNICAMP, 1997.

ORTEGA, Cristina. *Clandestinos*. Santiago de Chile: Ocho Libros Editores, 2012.

PADRÓS, Henrique Serra. *Como el Uruguay no hay... Terror de estado e Segurança Nacional Uruguai (1968-1985)*. 434f. Doutorado em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2005.

PAROT, Carmen Luz. *Morte no Estádio: vida e morte de Víctor Jara*. Santiago de Chile: Productora Nueva Imagen, 2019.

POLI, Brígida. O cinema e as memórias da ditadura no Chile. *Portal Making off*. 16 jun. 2023. Disponível em: <https://encurtador.com.br/UkKO>. Acesso em: 10 jan. 2026.

REPOSI GARIBALDI, Joanna. *Lemebel: um artista contra a ditadura chilena*. Santiago de Chile: Solita Producciones, 2019.

SAID, Marcela. *Cachorros*. Santiago de Chile: Jirafa Producciones, 2017.

SARLO, Beatriz. *Tiempo pasado: cultura de la memoria y giro subjetivo: una discusión*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2005.

SCHWENDLER, Cristiano. *Intervenções de resistência: o coletivo Acciones de Arte (CADA) na ditadura de Pinochet*. 56f. Graduação em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2014.

SKÁRMETA, Antonio. *La composición*. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 2005.

SEPÚLVEDA, Luis. *La sombra de lo que fuimos*. Barcelona: Espasa, 2009.

SILVA, Carla de Medeiros. *Música popular e disputa de hegemonia: a música chilena inspirada nas formas folclóricas e o movimento da nova canção chilena entre 1965-1970*. 141f. Mestrado em História pela Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2008.

STERN, Steve. *De la memoria suelta a la memoria emblemática: hacia el recordar y el olvidar como proceso histórico (Chile, 1973-1998)*. In: GARCÉS, Mario et al. (Orgs.). *Memorias para un nuevo siglo: Chile, miradas a la segunda mitad del siglo XX*. Santiago de Chile: LOM Ediciones/Eco Educación, 2000, p. 11-33.

VALÉRY, Paul. Primeira aula do curso de Poética. In: VALÉRY, Paul. *Variedades*. São Paulo: Iluminuras, 2011, p. 195-208.

WILLIAMS, Dana. Hijos de la dictadura: posmemoria, trauma y resistencia en Chile actual. *Independent Study Project (ISP)*. 2018. Disponível em: <https://encurtador.com.br/rTEi>. Acesso em: 29 jan. 2026.

ZERUBAVEL, Eviatar. *The elephant in the room: silence and denial in everyday life*. Oxford: Oxford University Press, 2006.